



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006883-72.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **SEBASTIÃO APARECIDO HENRIQUE**  
 Requerido: **MARCOS ROGERIO BELA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou ter vendido um automóvel ao réu, mas este não procedeu à sua respectiva transferência.

O próprio réu em contestação admitiu que não havia realizado a transferência do veículo em apreço logo que o adquiriu (isso de resto está patentado a fls. 13/16), fazendo-a apenas posteriormente, o que acabou sendo reconhecido pelo autor a fl. 41.

Assentadas essas premissas, o que importa dizer que inexistem divergências quanto à matéria de fato trazida à colação, é possível analisar os pedidos formulados pelo autor.

Quanto aos deduzidos em sede de antecipação da tutela, renovo os termos da decisão de fl. 19.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Não poderá haver nesta sede manifestação sobre o protesto de fls. 17/18 na medida em que isso produziria efeitos contra quem (Fazendo do Estado de São Paulo) não figura como parte na relação processual.

O pleito para inclusão da venda junto à CIRETRAN, por outro lado, perdeu sentido diante da reconhecida transferência levada a cabo pelo réu, conquanto tardiamente.

Por essa mesma razão a condenação do réu ao cumprimento de obrigação de fazer, consistente em regularizar a situação do automóvel, não mais se cogita.

Isso já se concretizou.

Resta então apreciar a postulação quanto ao ressarcimento dos danos morais que o autor teria experimentado.

Sobre esse assunto, é inegável que a negligência do réu em não transferir o veículo para o seu nome gerou transtornos de vulto ao autor.

Independentemente de aprofundar a discussão em torno da solidariedade deste quanto ao pagamento de verbas incidentes sobre o automóvel, na esteira do art. 134 do CTB, transparece indubitável que o autor, a exemplo de qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição, depositou confiança no réu, acreditando que ele regularizaria perante a repartição de trânsito competente a documentação própria do negócio.

As consequências que se deram a partir da inércia do réu então estão comprovadas nos autos e são reforçadas pelas regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95).

Tal panorama, outrossim, basta à configuração dos danos morais passíveis de reparação.

Todavia, o valor da indenização não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes (**especialmente quanto ao réu**) e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 3.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 22 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**